



Interpelação Parlamentar

(O futuro do serviço público de rádio e de televisão na Região Autónoma dos Açores)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Na sequência da apresentação do modelo proposto pelo Governo da República em relação ao serviço de rádio e de televisão na Região Autónoma dos Açores, entendeu a Representação Parlamentar do PPM apresentar uma Interpelação ao Governo Regional a respeito deste assunto.

Não nos moveu qualquer intenção de retirar protagonismo político ao Governo Regional ou de o condicionar estrategicamente neste assunto. Nós valorizamos o papel fundamental do Governo Regional nesta matéria. Nós temos a absoluta consciência que não existe qualquer possibilidade de resolver esta questão sem a participação ativa do Governo Regional na solução que se vier a encontrar.

Mas os Açores são um regime parlamentar por excelência. Um sistema político em que, no passado, foi possível consensualizar posições a um nível que espantou os observadores externos. Temos sentido de estado e somos generosos na ação política.

Quantas vezes eu já pude presenciar - na Assembleia da República, em reuniões conjuntas de representantes das várias câmaras parlamentares do Estado Português - o olhar de espanto dos deputados da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira perante a postura de união autonómica exibida pelos deputados açorianos, dos diferentes partidos.



Nós, os deputados açorianos, temos capacidade de convergir e de encontrar posturas e soluções açorianas que protegem os interesses do Povo Açoriano. Esta história parlamentar e esta maneira de ser - séria, cordata e predisposta para o diálogo, em oposição a outras posturas que se caracterizam pela violência verbal, pela arruaça e pela incapacidade de dialogar – constitui um património político açoriano que todos nós temos o dever de preservar.

De acordo com estes pressupostos e a leitura que faço das características do sistema político açoriano, considero que o Parlamento e o Governo Regional não competem nesta matéria. Pelo contrário, são corresponsáveis e parceiros. Jogam na mesma equipa.

Mas meus senhores, esta questão da RTP Açores constitui uma prova de fogo em relação à nossa capacidade de decidir e resolver um problema. Há demasiados anos que esta questão se arrasta e que aqui chovem discursos sem que a aridez do problema se resolva. Pelo contrário, a situação da RTP Açores não para de agravar-se, de ano para ano.

Existe quem pense que a solução correta é manter-se inquebrantavelmente fiel aos princípios e imputar ao Estado toda a responsabilidade em relação ao serviço público de rádio e televisão. É uma posição gloriosa e fantástica. Só tem um problema: não funcionou, não funciona e não é previsível que venha a funcionar. Esta posição assemelha-se ao capitão de um navio que vê um naufrago afogar-se, mas que decide assistir impávido e sereno à catástrofe sem nada fazer porque considera que o navio da Marinha é que tem essa obrigação e esse dever de socorro.

Meus senhores! Os sucessivos governos da República – com independência da cor partidária que os sustenta – têm uma visão minimalista e negligente do funcionamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores. Quem quiser pode continuar a esperar por Godoy, mas é bom que sente a sua consciência e o seu sentido prático no maravilhoso cadeirão da inoperância e da inutilidade.



Existem outras opiniões que, essencialmente, defendem que a Região deve substituir-se inteiramente ao Estado no que diz respeito ao serviço público de rádio e televisão nos Açores. Esta também não é a solução. O Estado está doído por desertar desta guerra, mas – como sempre – a deserção não é aceitável para quem fica sozinho na trincheira. Além disso, existe o perigo de contágio. Uma deserção incentivaria outras deserções: na Universidade, nos apoios sociais e em todas as outras matérias cuja responsabilidade cabe ao Estado. Não! O Estado deve continuar amarrado aos seus compromissos legais nesta matéria.

Para além de tudo isto, temos a possibilidade de observar o que se passa noutros estados em que as autonomias assumiram a responsabilidade de financiarem integralmente as televisões autonómicas. É o caso da Espanha. O resultado foi catastrófico. A despesa com as televisões autonómicas aumentou todos os anos, de tal forma que a mesma começou a esmagar, de forma paulatina, os magros orçamentos autonómicos.

A atual crise económica e a diminuição drástica das receitas publicitárias infligiram o golpe de misericórdia. Algumas televisões autonómicas fecharam e muitas outras aplicaram programas de reestruturação que implicaram o despedimento de centenas de trabalhadores. Este não pode e não será o nosso caminho.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Então “se o estado a que isto chegou” não pode continuar e seria estúpido da nossa parte eximir o Estado das suas responsabilidades legais, qual é a solução?



A solução é negociar e partilhar responsabilidades em troca da faculdade de poder decidir. A solução é assumir alguma possibilidade de despesa no pressuposto que se nos dará acesso às receitas da taxa do audiovisual, da publicidade e de acesso ao potencialmente lucrativo mercado da diáspora da América do Norte.

Meus senhores! O Governo da República fez a sua proposta. O Governo Regional perguntou-nos – e eu respondo hoje – qual é a nossa opinião. Bem, a opinião do PPM é que o que nos é proposto se assemelha a um negócio em que os de lá ficam com os cavalos e as terras e os de cá com o pagamento das rendas, uma carroça no meio do deserto e ainda um cabresto ao pescoço.

Qual deve ser, então, a nossa resposta? Temos de dizer-lhes que não estamos no século XV, que eles não se assemelham ao Bartolomeu Dias e ao Vasco da Gama e que nós também não somos as tribos da idade da pedra do Golfo da Guiné a quem se impingiam bugigangas em troca de ouro e de marfim.

Impingir-nos uma empresa regional de audiovisuais sem qualquer viabilidade de futuro num mercado publicitário tão residual como o nosso – esmagando no processo todo o sector privado regional de audiovisuais – e todos os encargos ruinosos da RTP Açores e reservar-se o setor informativo e toda a capacidade de decisão estratégica, não é uma proposta minimamente aceitável.

Mas também devo dizer, em abono da verdade, que alguém se poderá ter sentido insultado na sua inteligência quando alguns se propuseram ficar com as receitas da taxa do audiovisual e passar a mandar no serviço público de rádio e televisão, tudo isto sem assumir nenhum compromisso e responsabilidade de financiamento suplementar.

Nestas circunstâncias, importa preservar as condições de diálogo e negociar de forma correta e credível. Um bom negociador não é o que fixa metas inatingíveis e se mantém intransigente nas condições até o prédio que quer vender cair. Um bom negociador não é o que exige mais e fala



mais alto. Um bom negociador é o que logra fechar o acordo e rentabiliza a propriedade que lhe foi confiada.

Sr. Presidente do Governo Regional. Pergunta-me V. Ex.^ª qual é a nossa posição a respeito desta matéria. Deixo-lhe os dez parâmetros que balizam a nossa proposta:

1 – Cotutela do Estado e da Região em relação ao serviço público de rádio e de televisão;

2 – Salvaguarda de um centro de decisão açoriano em relação à gestão da futura entidade de serviço público de rádio e televisão nos Açores;

3 – Criação de um mecanismo parlamentar de nomeação da administração do serviço público de rádio e televisão que impeça a sua governamentalização.

4 – Adoção de uma solução organizativa e financeira que não contemple o despedimento de trabalhadores da RTP Açores;

5 – Manutenção das delegações de Angra do Heroísmo e da Horta;

6 – Integração do projeto do Canal Parlamento Açores, votado por unanimidade nesta Câmara, no âmbito de qualquer solução que venha a ser adotada;

7 – Manutenção da unidade da empresa e recusa de qualquer mecanismo que venha a permitir a alienação de valências estratégicas da RTP Açores;

8 – Fim do modelo de janela no âmbito da produção e emissão próprias de televisão e incremento da produção e emissão próprias de Rádio da RDP/Açores;

9 – Obtenção de autorização para que a RTP Açores, ou a entidade que lhe venha a suceder, possa integrar a oferta dos canais por cabo na América do Norte;



10 – Não superação do esforço de financiamento do Governo Regional à entidade de serviço público de rádio e televisão nos Açores ao resultado da soma da taxa de audiovisual, das receitas da publicidade e às receitas provenientes da venda da emissão por cabo do canal na diáspora.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Definida que está a posição do PPM nesta matéria, importa que o Governo Regional enumere o conjunto de princípios e de parâmetros que conceptualizou no âmbito da negociação desta matéria com o Governo da República e que descreva a apreciação que faz da proposta que lhe fez chegar o Governo da República.

Finalmente, importa saber se o Presidente do Governo Regional valoriza positivamente a eventual criação de uma mesa de negociação parlamentar que permita consensualizar - ou pelo menos obter a formação de um amplo e pluripartidário apoio parlamentar - uma posição açoriana no âmbito da negociação do futuro do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Disse!

O Deputado

Paulo Estêvão